



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150562 - DF (2021/0225038-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ROBERTO DE OLIVEIRA SOUSA
ADVOGADOS : PAULO MANOEL MARTINS DA SILVA NETO - DF036974
STEFANY RIBEIRO DE MATOS PEREIRA - DF039064
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
CORRÉU : WICTOR DE ARAUJO DIAS
CORRÉU : MARCOS CARDOSO DA SILVA
CORRÉU : CARLOS DANIEL DE OLIVEIRA MEIRELES
CORRÉU : VINICIUS RAFAEL ALVES RODRIGUES
CORRÉU : GABRYEL GAUDENCIO FERREIRA DOS ANJOS DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ROBERTO DE OLIVEIRA SOUSA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (*Habeas Corpus* n. 0715679-95.2021.8.07.0000).

O recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos previstos no 157, § 2º, inciso II e V e §2-A, I (por duas vezes) e art. 158, § 1º, do Código Penal.

Sustenta que a prisão do paciente foi decretada de forma ilegal, uma vez que não estava em flagrante delito e não estão demonstrados os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal e nem tampouco há prova de que o recorrente, em liberdade, cometerá qualquer tipo de delito.

Aduz que:

possui um de seus filhos menores que é portador de TDAH/DPAC e CID 10 F 90,9 + H 93.2, que depende exclusivamente de seu genitor para levar ao médico, fazer acompanhamento, etc. Uma vez que, possui mais duas filhas menores que ficam aos cuidados de sua esposa não possuindo esta condições de cuidar das menores e levar o filho ao médico.(fl. 125)

Afirma a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva que estão ausentes os requisitos que autorizam a custódia antecipada, pois nunca deixou de cumprir nenhuma das intimações, não está comprovado que participou

do delito narrado e que não consta dos autos provas de que estaria intimidando vítimas, testemunhas ou que esteja ameaçando estas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva com a imediata expedição do contramandado de prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Em exame liminar, constata-se que a segregação cautelar do paciente encontra amparo em fundamentos idôneos, conforme se extrai do seguinte trecho do acórdão impugnado (fl.111):

Da leitura atenta da decisão combatida observam-se indícios robustos da suposta prática do crime de roubo premeditado e com indicação de sofisticação no modus operandi, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo e em concurso de agentes, em face de duas vítimas, com subtração de res furtiva de grande valor, como armas de fogo de propriedade da PMDF, chaves de veículo, cartões bancários, barras de ouro, relógios diversos e grande soma de dólar e euro em espécie (ID 25714765).

Assim sendo, a opção pela custódia cautelar, na hipótese, funda-se em perspectiva real de reiteração delitiva, dada a gravidade dos fatos retratados na investigação.

Ademais, pautou-se o decisum, ainda, no fato de que os bens e valores subtraídos na empreitada criminosa não foram recuperados, “possibilitando aos investigados (agora já denunciados) afastarem a possibilidade de recuperação de tais bens (...). Acrescento a peculiaridade observada na prática delitiva, com a identificação de elementos ostensivos de suposta condição de policiais federais com vistas a mitigar a atuação” (ID 25714765).

Decerto, o receio de perturbação da ordem pública, na espécie, desponta de base empírica concreta e idônea, apta, portanto, a respaldar a prognose de periculosidade dos envolvidos como vetor ao magistrado no exame da necessidade da medida cautelar extrema.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente